

Cooperação para a Prevenção e o Combate à Corrupção

Fábio George Cruz da Nóbrega
Conselheiro Nacional do Ministério Público
Procurador Regional da República

Estimativa de prejuízo

Perda anual da economia brasileira com a corrupção:

1% a 4% do PIB (dados da Fundação Getúlio Vargas)

2,3 % do PIB (R\$ 100 bilhões) estimativa da FIESP

R\$ 20 bilhões somente com as licitações viciadas (combinação, cartel, fraude) [dados da Secretaria de Direito Econômico, em 2007]

25% de desvios dos recursos federais repassados aos municípios/prefeituras (cerca de R\$ 120 bilhões) [estimativa dos órgãos de fiscalização]

O Banco Mundial estima a perda anual, no mundo, só com suborno e propina, em 1 trilhão de dólares.

Estimativa de prejuízo

Para comparar: o Bolsa Família, um dos maiores programas de complementação de renda do mundo, representa um investimento de cerca de 27 bilhões de reais (14 milhões de famílias brasileiras atendidas). Abrangidos no programa miseráveis (que recebem menos de 85 reais por mês) e pobres (que recebem menos de 170 reais ao mês).

A redução de apenas 10% no nível de corrupção no país aumentaria em 50% a renda per capita dos brasileiros, dentro de 25 anos [dados da FGV]. O prejuízo anual com a corrupção, se evitado, geraria cerca de 500 reais anuais para cada brasileiro ou cerca de 2000 reais para cada grupo familiar (04 pessoas, em média). Sem corrupção, o Brasil duplicaria o orçamento federal da educação e da saúde.

Corrupção sistêmica-Impacto social

Segundo a CGU, 4 em cada 5 Prefeituras fiscalizadas (80%) apresentam irregularidades graves e médias, que indicam a ocorrência de desvios de recursos públicos federais. Mais de um terço dos Municípios já foram fiscalizados. Em apenas um escândalo ("Sanguessugas"), 10% dos municípios brasileiros (mais de 500) estavam envolvidos.

Apesar de ser a 8ª maior economia do mundo, no IDH (PNUD) o Brasil ocupa a posição de número 75 (10º lugar na América Latina) entre 188 países pesquisados, com índice 0,755 (o maior é 1). O IDH analisa renda per capita, média de anos de estudo e expectativa de vida. O melhor indicador é o da Noruega, com índice 0,944 e o pior o do Níger, 0,348.

Situação da saúde

Investimento do Brasil na saúde ainda é muito baixo: cerca de 9,0 % do PIB, sendo que o poder público responde por menos da metade, cerca de 4,0 %.

O investimento público, envolvendo as 3 esferas de governo (União, com 47%; Estados, com 26%; e Municípios, com 27%), representa 44% do **total aplicado**, apesar de atender a 75% da população. O investimento privado (56%) atende a 25%. Na média da OCDE, o investimento público é de 70%.

O investimento público per capita, no Brasil, ainda é muito baixo (512 dólares ao ano), praticamente o mínimo recomendado pela OMS (500 dólares por ano), sendo que alguns países europeus chegam a investir 10 vezes mais.

Situação da saúde

Dados da CGU indicam que a saúde é a recordista de desvios no país (613 milhões detectados de 2003 até 2007).

Somente nos primeiros 1.341 municípios fiscalizados pela CGU, por sorteio, 426 milhões de reais (de 1 bilhão e 600 milhões repassados pela União) desapareceram, o que corresponde a mais de 25% de desvio sobre os valores repassados.

Situação da saúde

31/8/2013 às 00h30

Sistema de saúde brasileiro fica em último lugar em ranking mundial

Lista produzida pela Bloomberg analisou 48 países do mundo

Do R7



Pacientes internados ficam em macas nos corredores do Hospital de Base de Vitória da Conquista, na Bahia
MÁRIO BITTENCOURT/BAPRESS/Estadão Conteúdo

Uma pesquisa divulgada pela agência de notícias Bloomberg no dia 19 de agosto colocou o Brasil na última posição entre os sistemas de saúde do mundo inteiro.

O levantamento considerou apenas as nações com populações maiores que 5 milhões, com o PIB per capita superior a 5.000 dólares e expectativa de vida maior que 70 anos.

Municípios inscritos no Mais Médicos são proibidos de demitir profissionais já contratados

Entre polêmicas e pressão

profissional, médicos recomeçam a vida no Brasil

Assim, 48 países foram classificados em critérios de expectativa de vida e custo per capita dos tratamentos de saúde. Diante disto, o Brasil ficou na última posição da lista atrás de países como Romênia, Peru e República Dominicana.

De acordo com o documento, os brasileiros possuem uma baixa expectativa média de vida atualmente, em 73,4 anos. Apenas o Irã, a Argélia e a República Dominicana possuem valores piores que os brasileiros, no entanto, nenhum deles ficou abaixo dos 73 anos.

Situação da educação

O investimento público da educação no Brasil gira em torno de 4,7 % do PIB, similar ao aplicado pelos países mais desenvolvidos. Apesar disso, o gasto brasileiro anual por aluno ainda é baixo (1/3 da média da OCDE).

Apesar de termos mais de 95% de alunos matriculados no Ensino Fundamental (7 a 14 anos), nem metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos chega ao ensino médio, e apenas 10% dos jovens entre 18 e 24 anos alcançam as universidades.

Os desvios de recursos na área só são menores do que os verificados na saúde. Dados da CGU apontam que, de 2003 a 2007, a educação é o segundo setor onde foram detectados mais desvios de recursos federais (471 milhões de reais).

FLASHES DA CORRUPÇÃO no MUNDO

CONCURSO DE FOTOGRAFIA DA “TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL” SOBRE OS EFEITOS NOCIVOS DA CORRUPÇÃO - 2013



FILIPINAS – ÁSIA

- 39ª economia mundial
- maior índice de analfabetismo na Ásia

FLASHES DA CORRUPÇÃO no MUNDO

CONCURSO DE FOTOGRAFIA DA “TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL” SOBRE OS EFEITOS NOCIVOS DA CORRUPÇÃO - 2013



QUÊNIA – ÁFRICA

- IDH inferior ao do Haiti
- Mercado de capitais com maior taxa de crescimento no mundo

EDUCAÇÃO E CORRUPÇÃO

Países com melhores níveis de educação atingem tais patamares porque são menos corruptos ou são menos corruptos porque têm melhores níveis de educação?

EDUCAÇÃO E CORRUPÇÃO

Cruzamento dos dados dos relatórios da CGU com os indicadores educacionais nos mesmos municípios auditados.

Conclusão: Municípios com maiores índices de corrupção = piores indicadores educacionais = menor número de bibliotecas, de equipamentos pedagógicos, de dependências administrativas e de estruturas de apoio, além de turmas maiores e maior contingente de professores menos qualificados e com menor remuneração, maior índice de abandono escolar, menor aprovação.

Clóvis Alberto Vieira de Melo (historiador e professor da UFCG-PB, na sua tese de doutorado em Ciências Políticas/2010 pela UFPE).

2013: Cruzamento de dados entre o PISA (Programme for International Student Assessment – triannual- 65 países) e o Índice de Percepção de Corrupção Mundial (anual- ONG TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL - 177 países)

MENOS CORRUPOTOS	PISA DE CIÊNCIA
1º DINAMARCA	27º LUGAR
2º NOVA ZELÂNDIA	18º LUGAR
3º FINLÂNDIA	5º LUGAR
4º SUÊCIA	38º LUGAR
5º NORUEGA	32º LUGAR
6º CINGAPURA	3º LUGAR
7º SUIÇA	19º LUGAR
8º HOLANDA	14º LUGAR
9º AUSTRÁLIA	17º LUGAR
10º CANADÁ	11º LUGAR

PISA + Ranking da corrupção + Índices mundiais de educação da ONU + Ranking mundial das democracias:

11 dos 15 países líderes em cada um dos rankings estão nas três listas:

Austrália, Noruega, Nova Zelândia, Finlândia, Islândia, Canadá, Holanda, Dinamarca, Suíça, Luxemburgo e Irlanda.

E O BRASIL?

O RANKING DA CORRUPÇÃO



1°

DINAMARCA

8°

HOLANDA

9°

CANADÁ

18°

JAPÃO

19°

ESTADOS UNIDOS

22°

CHILE

33°

PORTUGAL

36°

ISRAEL



72°

BRASIL



veja



www.impavidocolosso.com

2016: CORRUPÇÃO: 79° LUGAR

2016: PISA DE CIÊNCIA: 58° LUGAR

2010: RANKING MUNDIAL DA DEMOCRACIA:
47° LUGAR

Percepção internacional da corrupção

Com nota 40, o Brasil é o 79º colocado no ranking da ONG Transparência Internacional (2016) que mede a percepção da corrupção em 176 países (3ª. melhor nota da América Latina, atrás do Chile e Uruguai). Igual nota tem Índia e China.

A escala vai de 0 (péssimo) a 100 (ótimo); quanto menor a nota, maior é a percepção de que o país é corrupto.

Dinamarca e Nova Zelândia lideram com 90 pontos, seguidos de Finlândia (89), Suécia (88) e Suíça (86).

Somália, com 10 pontos, tem a pior colocação.

A Cultura da corrupção

A maioria dos brasileiros costuma condenar a corrupção, mas tem um comportamento nada aceitável nos seus atos do dia-a-dia, menosprezando valores como honestidade e ética e se apegando ao "jeitinho brasileiro". A população brasileira também não aprendeu ainda a separar o público do privado.

Ibope (2006)

- 75% afirmaram que cometeriam atos de corrupção se tivessem oportunidade de fazê-lo;
- 59% afirmaram que, se fossem autoridades, contratariam familiares ou amigos para cargos de confiança;
- 43% disseram que aproveitariam viagens oficiais para lazer próprio e dos familiares.

A Cultura da corrupção

Datafolha (2009)

- 36% dos ouvidos já pagaram propina;
- 27% receberam troco a mais e não devolveram;
- 79% acreditam que os eleitores vendem seus votos;
- 13% admite já ter trocado o voto por emprego, dinheiro ou presente (esse índice chega a 19% na região nordeste).

AMB (2010)

- 41% dos eleitores conhecem pessoas que venderam o voto.

Vox Populi (2008)

- Apenas 4% dos brasileiros afirmaram que confiam na maioria das pessoas que conhecem.

A Cultura da corrupção

UNB (2008)

- 50,3% dos brasileiros afirmaram que contratariam parentes se fossem servidores públicos;
- 28,1% afirmaram que utilizariam cartões corporativos com despesas pessoais;
- 19,9% disseram que levariam material escolar do trabalho para casa e outros 44,3% pediriam autorização ao chefe antes de fazê-lo.

- No caso dos servidores públicos, 22,5% admitiu já ter desobedecido alguma lei e outros 18,1% confessaram ter cobrado propina para atender alguma reivindicação legítima dos cidadãos.

A Cultura da corrupção

Universidade de Porto (2007)

- Pesquisa demonstrou que nos países onde há mais alunos que colam (copiam) há também mais corrupção.

Datafolha (2009)

- 31% dos entrevistados colaram em provas ou concursos, sendo 49% entre os jovens.

Brasmarket (2006)

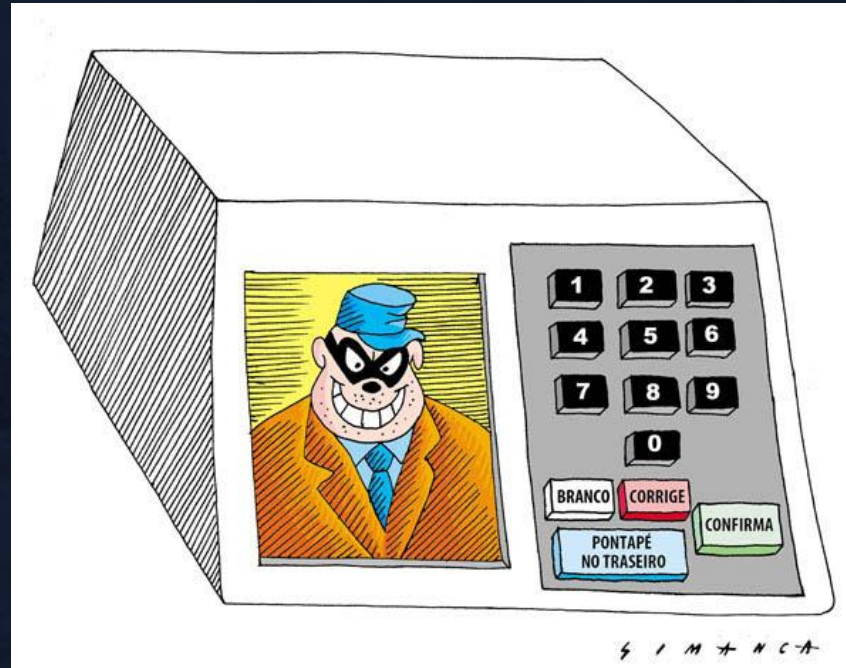
- Pesquisa apontou que para cada 4 grupos de pais que afirmaram que criariam seus filhos para serem espertos e sonegadores, 2 disseram que os criariam para serem honestos.

A Cultura da corrupção

Unicarioca (2015)

- 58% dos alunos já pediram para colocar nome em trabalho de grupo sem ter participado;
- 68% já copiaram textos da internet para aposentar em trabalhos;
- 59% assinaram lista de presença em nome de colega;
- 69% já colaram em provas.

A Cultura da corrupção



“Não existe país com governo corrupto e população honesta.”

Leandro Karnal, historiador

Democracia em xeque

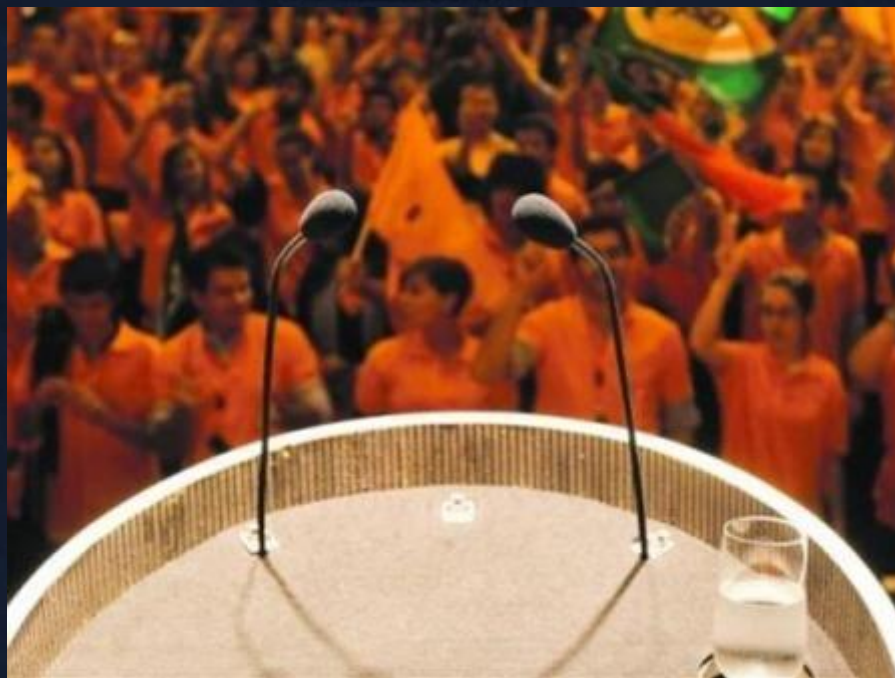
AMB (2008): 73% dos brasileiros não participam de qualquer tipo de associação de caráter político ou social (sindicatos, organizações não governamentais, grupos de jovens, associações de moradores, associações de pais e mestres, movimento estudantil). O mesmo percentual afirma que a política beneficia os políticos, e não o povo.

AMB (2008): se o voto não fosse obrigatório, 38% dos eleitores afirmaram que não participariam do processo eleitoral. Dados mais recentes do TSE mostram que mais de 30% dos eleitores não vai às urnas ou vota branco ou nulo.

Latinobarômetro (2016): o Brasil tem um dos menores índices de apoio popular à democracia (32%) na América Latina (54%), à frente apenas da Guatemala (30%).

EDUCAÇÃO X CORRUPÇÃO X DEMOCRACIA

DADOS DO TSE - Partidos têm menor filiação em 20 anos
14/06/2015, O ESTADÃO: Na democracia brasileira nunca houve tão poucas pessoas se filiando a partidos políticos em um ano de pré-eleição municipal, período que mais mobilização adesões partidárias nos ciclos de quatro anos em se preparam e disputam os cargos eletivos no País.



Ranking da confiança

Pesquisa da FGV (2016)

1. Forças Armadas (59%);
2. Igreja Católica (57%);
3. Imprensa escrita (37%);
4. Ministério Público (36%);
5. Grandes empresas (34%);
6. Emissoras de TV (33%);
7. Poder Judiciário (29%);
8. Polícia (25%);
9. Sindicatos (24%);
10. Redes Sociais (23%);
11. Presidência (11%);
12. Congresso (10%);
13. Partidos Políticos (7%).



***“A Democracia não garante o paraíso na Terra,
mas impede que o inferno se instaure”***

Leandro Karnal, historiador

EDUCAÇÃO X CORRUPÇÃO X DEMOCRACIA

“A democracia tende a ser menos valorizada entre pessoas menos educadas, que têm mais dificuldade em entender a complexidade do regime democrático, e tem menos a ganhar com seus benefícios” (Lipset, **1960**).

PESQUISA ECOSOCIAL (Pesquisa de Coesão Social na América Latina realizada no 1º sem. de **2007** nas principais cidades): **MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO DO BRASIL NÃO ASSOCIA DEMOCRACIA COM GARANTIA DE DIREITOS INDIVIDUAIS**

Diagnóstico

No Brasil, a corrupção é endêmica, ou seja, não está localizada em uma região ou em pontos determinados do território nacional, não se concentra em certos setores, serviços ou órgãos públicos, mas atinge todo o tecido social, todo o espectro político e todas as instâncias de poder, como vêm demonstrando as operações realizadas nos últimos anos.

Não é difícil perceber, assim, que medidas pontuais/localizadas ou mudanças legislativas específicas não vão conseguir alterar substancialmente essa triste realidade, minimizando o impacto estrondoso que a corrupção causa em nosso país.

Somente uma ampla mobilização nacional, um plano estratégico de combate à corrupção de longo prazo, que envolva o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, com um trabalho também fortemente centrado na educação, pode fazer a diferença.

Atuação em várias frentes

Órgãos públicos;

Sociedade civil;

Imprensa;

Empresariado;

Instituições de ensino/educação;

Reformas legislativas.



**Triste é a nação que perde
a capacidade de se indignar
com a corrupção.**

Diagnóstico

100
REAIS

PESQUISA DATAFOLHA

Para brasileiros, corrupção é o maior problema do país

1º Corrupção

34%

2º Saúde

16%

3º Desemprego

10%

**4º Educação/
Violência**

8%



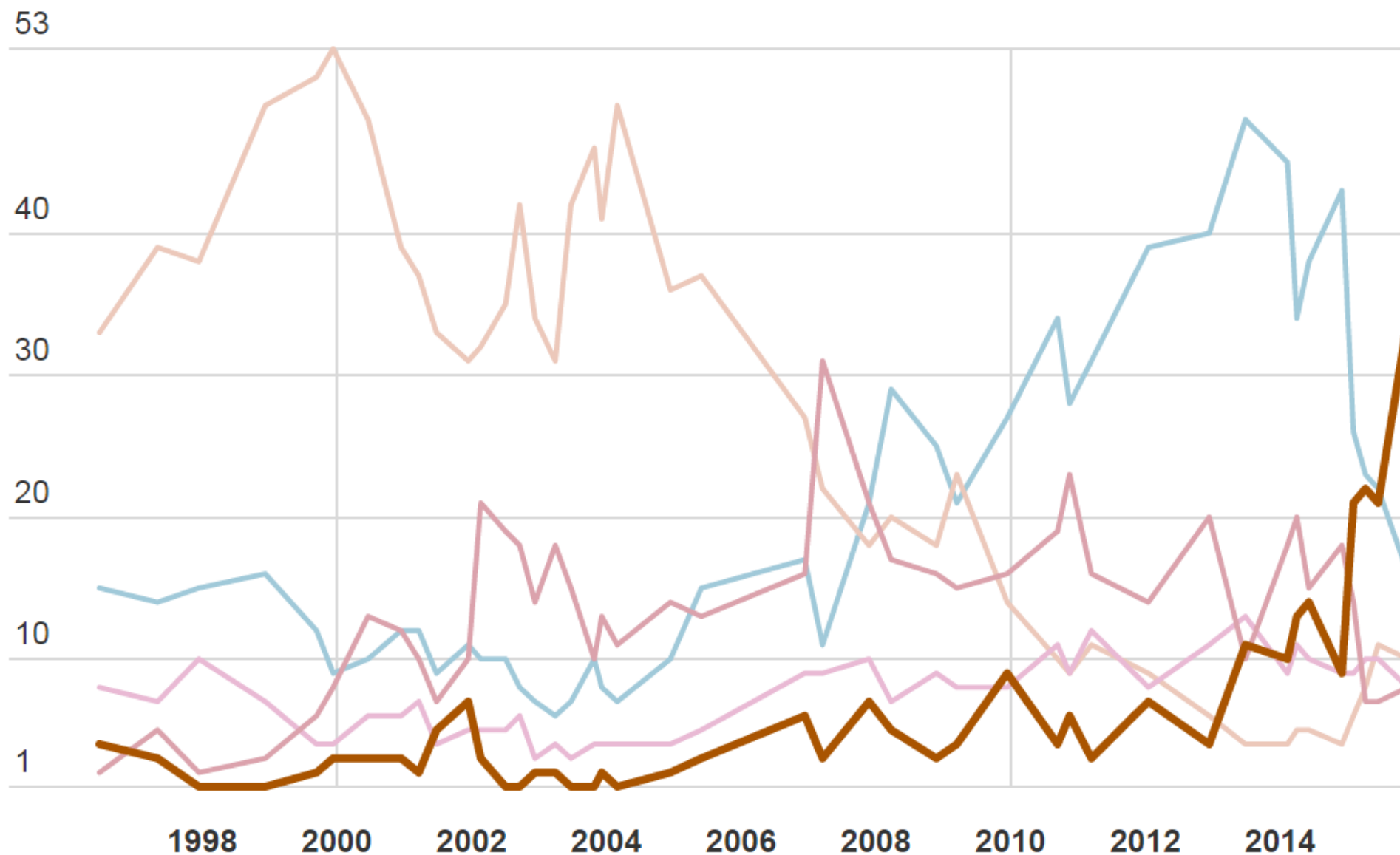
FONTE: FOLHA DE SÃO PAULO

Fonte: Datafolha. Data da pesquisa: 25 e 26.nov.15. Entrevistados: 3.541 em 185 municípios. Margem de erro: 2p.p..

O MAIOR PROBLEMA DO PAÍS

Resposta única e espontânea, em %

■ Corrupção ■ Saúde ■ Desemprego ■ Educação ■ Violência



COMO REDUZIR A CORRUPÇÃO?

É um processo difícil e penoso, mas também não conhece retrocesso.” Cientista Político ALBERTO CARLOS ALMEIDA, em

<http://revistaepoca.globo.com/opiniao/noticia/2011/11/e-preciso-celebrar-vitorias-contra-corrupcao.html>

Um dos argumentos usados: PROBLEMA CULTURAL – ESTÁ ENRAIZADO NA SOCIEDADE – PROCESSO LENTO, QUE ENVOLVE MUITAS GERAÇÕES

COMO REDUZIR A CORRUPÇÃO?

Alguns dos países menos corruptos hoje em dia, **Suécia e Cingapura**, já foram dos mais corruptos no passado, **Suécia até o século XVIII e Cingapura até aos anos 60 do século XX**. No entanto, ambos conseguiram realizar, com relativa rapidez, uma redução significativa nos níveis de corrupção.

Estratégias desses países:

- (1) salários, **meritocracia** e cultura de excelência na função pública;
- (2) unidades de anticorrupção independentes do poder político;
- (3) denúncia dos casos de corrupção;
- (4) vontade política;
- (5) **abordagem sistémica e integrada da problemática da corrupção**

Fóruns/Movimentos de combate à corrupção/Redes de Controle

A corrupção está sob nosso Focco.



Denuncie:

127*

www.prbp.mpf.gov.br

denuncia@prpb.mpf.gov.br

Juntos contra a corrupção

Apoio:



*Custo da ligação local.

FOCCO, MARCCO, ARCCO, CERCCO OU
REDES ESTADUAIS DE CONTROLE
(26 ESTADOS + DF)

FOCCO-PB (www.foccopb.gov.br)

MARCCO-RN(www.marccorn.com.br)

FOCCO-PE(www.prr5.mpf.gov.br)



III Encontro Nacional

Sobre Cooperação para Prevenção
e Combate à Corrupção

25 e 26 de maio de 2017

Cuiabá-MT

Sem parceria não se vai a lugar nenhum

Há que se desenvolver canais permanentes de diálogo e parceria com todos os órgãos que têm atribuições de repasse, acompanhamento, investigação sobre a aplicação de recursos públicos, além de repressão às irregularidades praticadas, buscando o comprometimento de todos na prestação de auxílio mútuo para a rápida conclusão das investigações abertas para apurar desvios de dinheiro público.

Reuniões gerais

1. Assinatura de Termo de Cooperação;
2. Conhecer a estrutura de trabalho e as atribuições dos órgãos parceiros;
3. Conhecer os bancos de dados e as informações disponíveis em cada um;
4. Desenvolver mecanismos de compartilhamento dessas informações;
(facilita a identificação do que é preciso pedir, como pedir e a quem pedir)
4. Realizar capacitações para qualificar a atuação dos órgãos;
5. Discutir os problemas existentes no combate à corrupção;
6. Definir as práticas de corrupção mais graves/incidentes e fixar prioridades de atuação.

1ª ETAPA - METAS DE CURTO PRAZO (1 ANO)

Grupos de trabalho

Após a identificação dos problemas mais graves envolvendo as práticas de corrupção no Estado, a partir das reuniões gerais realizadas, são constituídos grupos de trabalho específicos (GT's), compostos por representantes dos órgãos envolvidos com o tema, sob a condução de um coordenador (convoca as reuniões, define a pauta, preside as atividades), com a finalidade de discutir, planejar e implementar ações que permitam uma otimização no enfrentamento dessa realidade. Em Pernambuco, por exemplo, houve deliberação pela criação de alguns GT's: a) irregularidades praticadas por entidades do terceiro setor (OSCIP's, ONG's, etc), b) desvios de recursos da educação e saúde; c) contratação irregular de servidores públicos municipais; d) regimes próprios de previdência.

Notas técnicas

A partir das constatações feitas pelos GT's, é elaborada uma nota técnica, na qual são consignadas as irregularidades observadas (RAIO X) e são listadas as medidas que devem ser adotadas com vistas à superação dos problemas identificados (soluções identificadas). Independentemente da responsabilização judicial dos infratores (a ser buscada oportunamente), o Fórum trabalha na perspectiva de sustar, de imediato, os atos irregulares, através do uso de recomendações, termos de ajustamento de conduta e medidas cautelares administrativas e judiciais. As notas técnicas ainda servem de orientação para a atuação dos órgãos que compõem o Fórum. EX: A partir de notas técnicas emitidas em Pernambuco, MPF/MPT/MPE/MPCONTAS assinaram recomendação comum, dirigida aos 184 Prefeitos do Estado, para a regularização de todas as atividades executadas através das OSCIP's e para garantir a regularidade da transição municipal.

Metas de médio prazo

1. Criação de Grupos de Trabalho e expedição das notas técnicas;
2. Realização de atividades conjuntas de fiscalização (visando evitar duplicação de esforços);
3. Implementar, como rotina, mecanismos rápidos e eficientes de cessação de irregularidades (os instrumentos tradicionais não têm se revelado suficientes);
4. Desenvolver uma rede estadual de combate à corrupção, com o cadastramento de todas as pessoas que atuam na defesa do patrimônio público, nos mais diversos órgãos, bem ainda com a implementação de mecanismos que permitam, em diversos níveis, a comunicação rápida entre os órgãos (plataforma).

Modelo atual de atuação

Atualmente: sem monitoramento adequado dos recursos repassados - deficiência de controle interno, especialmente nas áreas de educação e saúde, e de controle social - ocorrem desvios significativos (não são exceção). Os órgãos apuram as irregularidades no varejo, uma a uma, de forma isolada e em sequência, por anos a fio, com foco nas irregularidades específicas apontadas, sem intervir, de fato, no fenômeno existente, e com olhos voltados para a punição do gestor e a recuperação do dinheiro desviado. A efetividade do sistema de combate a corrupção é mínima (morosidade na apuração, morosidade judicial, com índices insatisfatórios de punição criminal e recuperação do dinheiro desviado). Resultado: o crime compensa.

Mudança de paradigma de atuação (Meta de longo prazo)

Com um monitoramento satisfatório dos repasses de recursos, boa parte das irregularidades é evitada ou mesmo detectada no seu início, com adoção de ações imediatas com vistas à cessação das irregularidades e ao resguardo do erário público. Os órgãos apuram as irregularidades no atacado, com uma visão de sistema, visando evitar novas ocorrências similares. A punição do gestor é buscada, no varejo, sem a necessidade das várias instâncias estanques de apuração (processo administrativo, CGU, TCU, PF e MPF). A efetividade do sistema de combate a corrupção é por demais otimizada.

Transparência: Auxilia o Importante Trabalho da Imprensa e possibilita os Controles Oficial e Social

Não custa frisar que a plena aplicação do princípio da publicidade, com a máxima transparência dos atos e negócios da administração pública, possibilita o exercício da liberdade de imprensa, que tantos benefícios produz, atualmente, no controle da atuação dos administradores brasileiros, diante da publicação, cotidiana, pelos mais diversos meios de comunicação, de matérias que expõem as irregularidades praticadas no país com o uso dos recursos públicos.

A transparência também é indispensável para possibilitar o exercício dos controles oficial e social, propiciando a adequada fiscalização dos recursos públicos.

Ranking da Transparência - MPF

Entre os dias 08/09/2015 e 09/10/2015, em atuação coordenada em todo o Brasil, o Ministério Público Federal fez a avaliação dos portais da transparência dos 5.568 municípios e 27 estados brasileiros.

O exame levou em conta aspectos legais e boas práticas de transparência e foi feito com base em questionário elaborado pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Seu objetivo é medir o grau de cumprimento da legislação, por parte de municípios e estados, numa escala que vai de zero a dez.

Média nacional em 2015: 3,92

Ranking da Transparência - MPF

Em todo Brasil, **3.298 municípios** receberam, de forma simultânea, **recomendações** expedidas pelo Ministério Público Federal (MPF) por descumprimento das Leis Complementares nº 101/2000 e nº 131/2009 e da Lei Ordinária nº 12.527/2011, que dispõem sobre critérios de transparência.

O levantamento estatístico da primeira fase do Projeto do Ranking Nacional dos Portais da Transparência, elaborado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF, concluiu, ainda, que **1.071 inquéritos civis públicos** foram instaurados pelo MPF. O Piauí foi o estado que mais instaurou inquéritos civis públicos: 178. Em segundo lugar, ficou o estado do Maranhão, onde foram instaurados 154 inquéritos civis.

Entre as unidades da federação com pior avaliação no Ranking estiveram o Piauí, que somou 220 recomendações, atingindo 98% dos municípios do estado, e Alagoas, chegando a 86% dos municípios, com 87 recomendações.

Inicialmente, os gestores tiveram prazo de 120 dias para sanarem as irregularidades. Após esse prazo, foi feita uma nova avaliação nacional, já concluída.

Ranking da Transparência - MPF

A segunda fase de avaliação foi concluída em 8/6/2016. O Projeto conseguiu, em apenas seis meses, elevar em 31% o índice nacional de transparência sem o ajuizamento de qualquer ação judicial. O resultado é bastante expressivo, principalmente levando-se em conta que não traduz os efeitos positivos que ainda virão com a segunda divulgação do ranking e a propositura das ações civis públicas.

Média nacional em 2015: 3,92

Média nacional em 2016: 5,21

 **32,91%**

Ranking da Transparência – MPF

1ª Avaliação
(08/09/2015 a 09/10/2015)

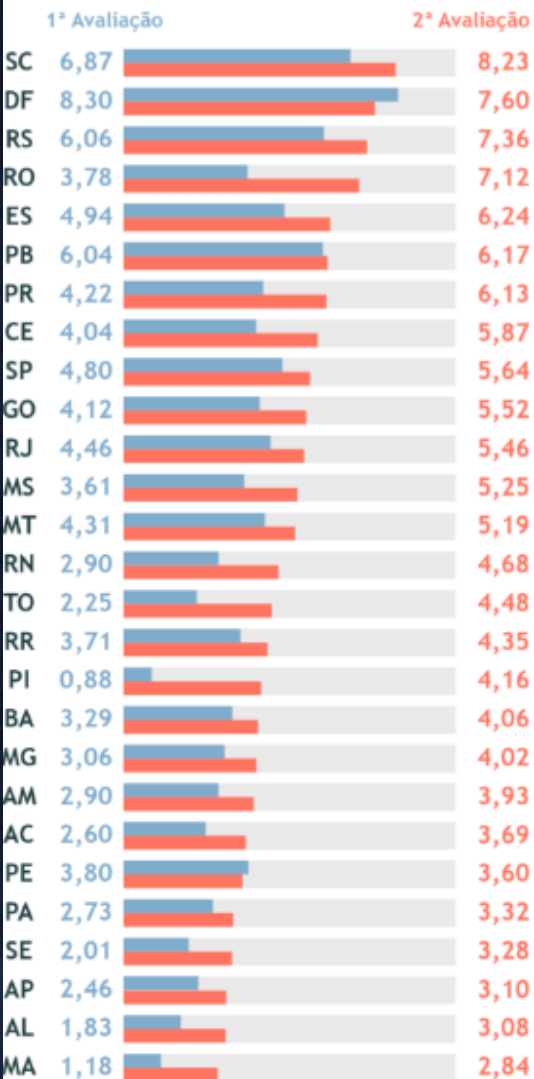


2ª Avaliação
(09/05/2016 a 20/05/2016)

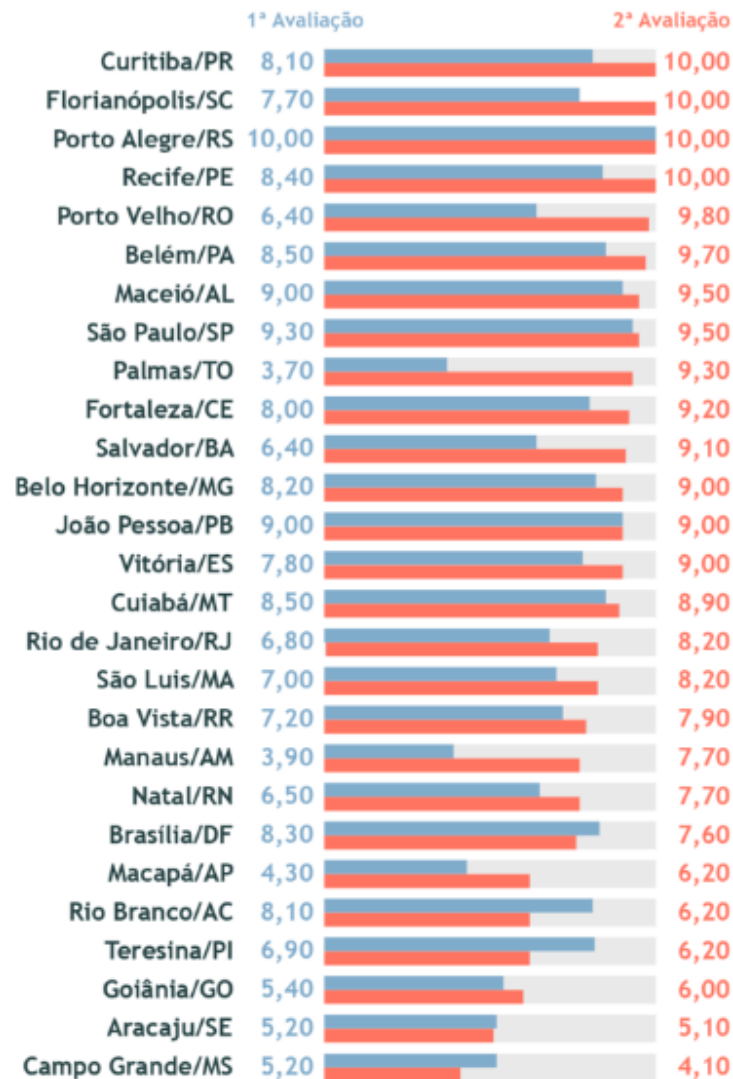


Ranking da Transparência – MPF

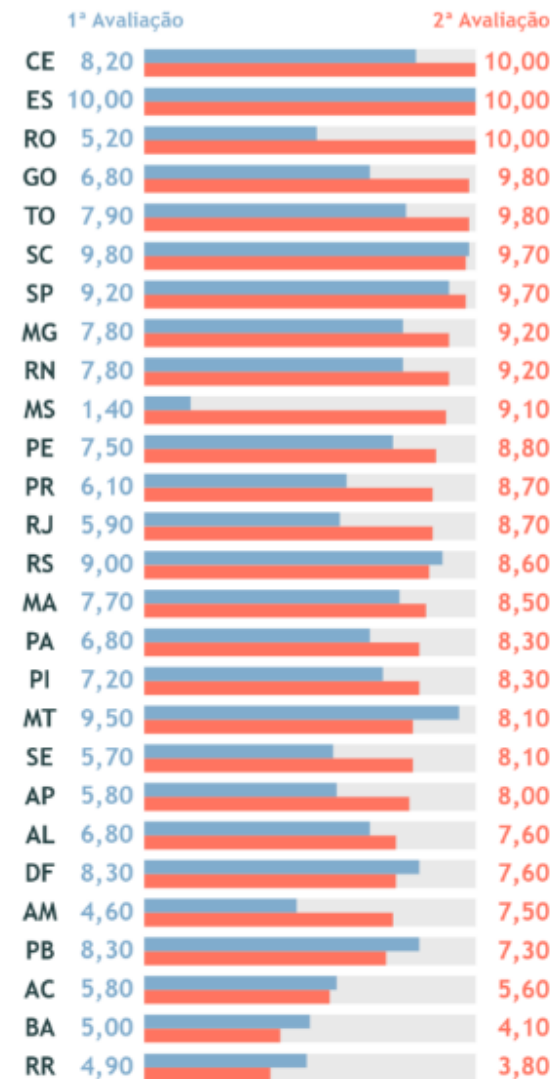
Índice de Transparência (Governos Municipais)



Índice de Transparência (Capitais)



Índice de Transparência (Governos Estaduais)



Escala Brasil Transparente - CGU

A Escala Brasil Transparente (EBT) é uma metodologia para medir a transparência pública em estados e municípios brasileiros. A EBT foi desenvolvida para fornecer os subsídios necessários à Controladoria-Geral da União (CGU) para o exercício das competências que lhe atribuem os artigos 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e 41 da Lei de Acesso à Informação, assim como os artigos 68 do Decreto nº 7.724/2012 e 18 do Decreto nº 8.109/2013.

A EBT é um indicador que tem o objetivo de avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI). Suas versões 1.0 e 2.0 concentram-se na transparência passiva, sendo essa vertente escolhida pela ausência de métricas de avaliação que contemplem essa nova obrigação advinda da LAI.

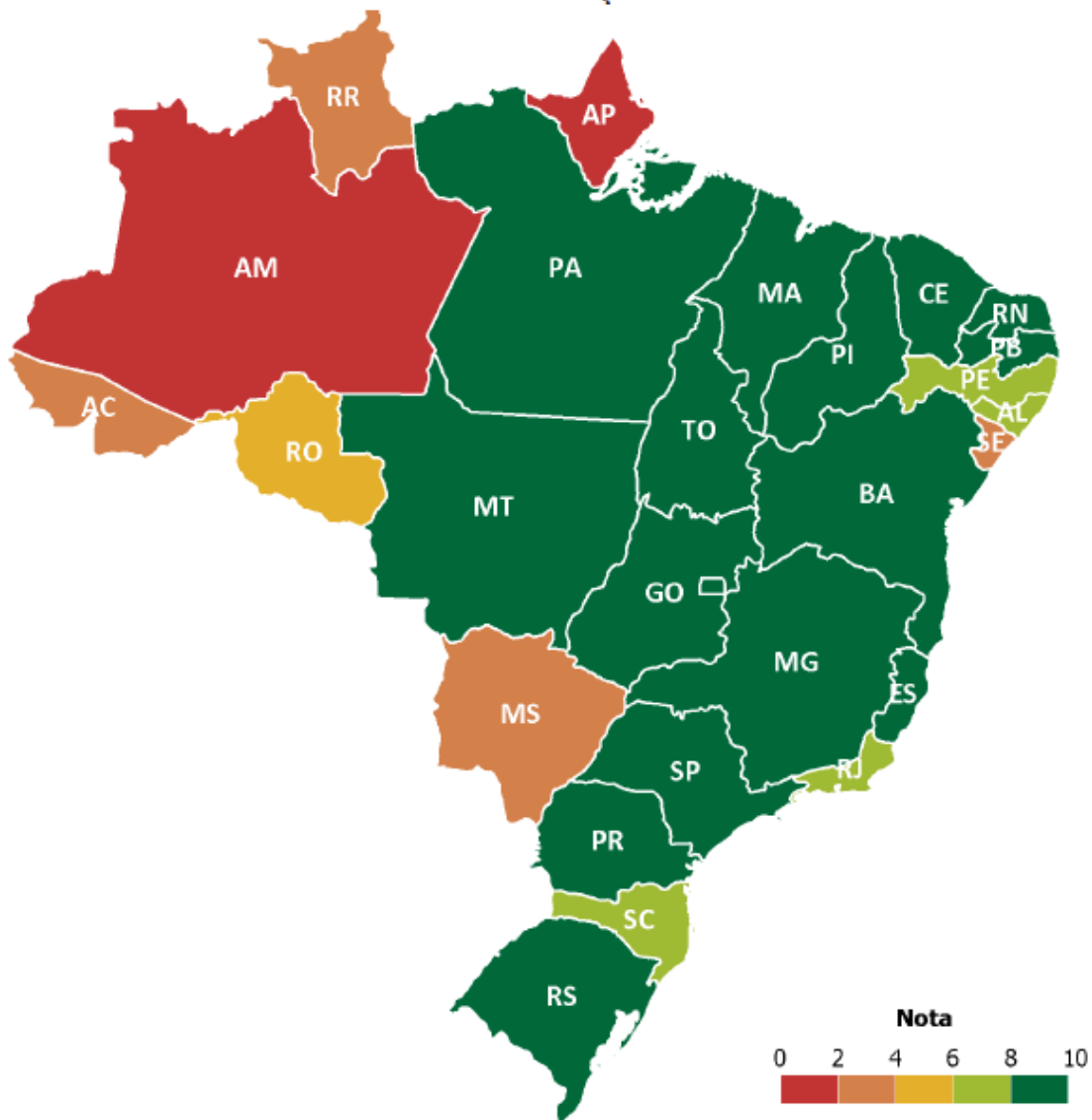
O diferencial da métrica adotada pela CGU é a abordagem de verificação de efetividade da LAI, pois foram feitas solicitações reais de acesso à informação sobre diversas áreas de governo. A CGU pretende aprofundar o monitoramento da transparência pública e gerar um produto que possibilite o acompanhamento das ações empreendidas por estados e municípios no tocante ao direito de acesso à informação.

Escala Brasil Transparente – CGU

(Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU)

Ranking Governos Estaduais

2.^a avaliação



1.^a avaliação: janeiro a maio 2015
2.^a avaliação: julho a outubro 2015

1.^a avaliação



Escala Brasil Transparente – CGU

(Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU)

Ranking Governos Estaduais

Posição	Estado	Nota	Varição ¹
1	Bahia	10,00 ▲	+1,67
	Distrito Federal	10,00 ▲	+1,11
	Espírito Santo	10,00 ▲	+1,25
	Goiás	10,00 ▲	+1,11
	Maranhão	10,00 ▲	+7,78
	Minas Gerais	10,00 ▲	+2,64
	São Paulo	10,00 =	0,00
	Tocantins	10,00 ▲	+1,39
9	Paraná	9,31 ▼	-0,41
10	Pará	9,03 ▲	+6,25
11	Rio Grande do Sul	8,89 ▼	-0,28
12	Paraíba	8,75 ▲	+0,97
13	Mato Grosso	8,61 ▲	+2,22
14	Piauí	8,47 ▲	+1,80
15	Rio Grande do Norte	8,19 ▲	+8,19
16	Ceará	8,06 ▼	-1,94
17	Alagoas	7,92 ▲	+0,14
18	Rio de Janeiro	7,08 ▲	+3,75
19	Santa Catarina	6,94 ▼	-2,23
20	Pernambuco	6,67 ▼	-1,94
21	Rondônia	4,44 ▼	-1,12
22	Acre	3,33 ▼	-1,39
23	Mato Grosso do Sul	2,50 =	0,00
	Roraima	2,50 ▼	-2,36
25	Sergipe	2,08 ▼	-7,23
26	Amazonas	1,39 ▼	-1,39
27	Amapá	0,00 =	0,00

¹ Variação em relação à primeira avaliação da Escala Brasil Transparente

Participação da sociedade civil

Apesar de todo esse importante esforço repressivo contra a malversação do dinheiro público, a mudança desse quadro de desmandos com o dinheiro público somente se efetivará com a mobilização da nossa sociedade, ou seja, com a intensa parceria entre órgãos públicos e sociedade civil organizada no intuito não apenas de punir os gestores desonestos, mas também de desenvolver contínuas atividades ligadas ao exercício da cidadania com a finalidade de evitar/prevenir os desvios de recursos públicos, criando mecanismos rotineiros de vigilância/fiscalização sobre os atos e condutas dos administradores.

Redes de Controle Social - AMARRIBO

Presta assistência jurídica na formação de novas organizações sociais e na formulação de representações e petições que provoquem o poder público a prestar informações a respeito de seus atos, o Ministério Público a investigar irregularidades noticiadas e o Poder Judiciário a julgar demandas coletivas aforadas no controle dos atos da administração pública. Realiza, também, cursos e encontros para capacitar os cidadãos envolvidos na rede a bem exercer o seu papel na fiscalização dos recursos públicos. Até mesmo uma cartilha que orienta como os atos de corrupção costumam ocorrer em nosso país e a forma de prevenção/repressão a tais práticas encontra-se disponível na internet. Através do site acessível pela página www.amarribo.org.br, pode-se ter uma noção da importância do trabalho desenvolvido pela AMARRIBO.

Redes de Controle Social - AMARRIBO



Redes de Controle Social - IFC

O IFC desenvolve no país, também em apoio às entidades não governamentais que exercem o controle social, caravanas contra a corrupção que mobilizam os municípios brasileiros na discussão e compreensão do fenômeno e na busca da adoção de mecanismos, por parte do poder público e da sociedade civil, que venham a inibir a prática da corrupção na região. Mais recentemente, passou a desenvolver auditorias cívicas na saúde e na educação, engajando a comunidade local na fiscalização e cobrança de melhorias na prestação de tais serviços essenciais. O trabalho desenvolvido pode ser conhecido na internet através do seguinte endereço: www.lfc.org.br.

Observatório Social do Brasil

Entidade presente em mais de 100 Municípios de 18 Estados do país, economizou, sozinha, para os cofres públicos, com o trabalho desenvolvido em 2014 e 2015, especialmente na fiscalização de editais de licitação, mais de 1 bilhão de reais. O referido trabalho pode ser conhecido mais a fundo na internet através do seguinte endereço: osbrasil.org.br

Campanhas de Conscientização contra a Corrupção

É preciso mostrar à população a intensa gravidade do problema da corrupção no Brasil.

E, a partir desse reconhecimento, estimular a participação da sociedade em atividades que propiciem a mudança desse quadro, como a fiscalização do dinheiro público e a apresentação de denúncias a respeito das irregularidades detectadas nas mais diversas regiões e municípios do país, através dos canais de disque-denúncia existentes.

Fórum Paraibano de Combate à Corrupção



A corrupção em foco

FOCCO
Fórum de Combate à Corrupção
João Pessoa

**NOSSA HISTÓRIA
PRECISA SER
BEM CONTADA**
O que é o FOCCO
É um fórum estadual plural e democrático,
composto por diversos órgãos
representativos da sociedade civil e pública.
O objetivo é fiscalizar a aplicação do
dinheiro público e combater a corrupção em
todas as suas formas.

Órgãos que compõem o FOCCO
São mais de 30 órgãos, entre eles:
Ministérios Públicos Federal e Estadual,
Controladoria Geral da União, Receita
Federal, AGU, Arquidiocese da Paraíba,
TCU, OAB, API, TCE, a Organização das
Nações Unidas-ONU e a Polícia Federal.

O custo da CORRUPÇÃO
A economia brasileira perde com a
corrupção de 3% a 5% do PIB. Isso equivale
anualmente, em média, a 72 bilhões de reais,
sessenta vezes mais que o valor que o governo
investiu em todo setor de transporte em 2004.

**O que a sociedade ganha com a
sua redução**
A redução de apenas 10% no nível de
corrupção aumentaria em 50% a renda per
capita do brasileiro num período de 25 anos.

A participação da sociedade
Quando a população se une, fica mais fácil
fiscalizar o destino do dinheiro público, que é
de todos nós. Faça sua parte, ajude a mudar a
nossa história. Cobre dos políticos sendo
como os recursos públicos estão sendo
empregados, fiscalize a execução das obras e
serviços públicos e, se você souber que
alguém está fraudando a União, o Estado ou os
Municípios, denuncie pelo telefone nº 127 ou
pela internet através do e-mail
denuncia@prpb.mpf.gov.br. Membros
informações sobre o Fórum no site
www.prpb.mpf.gov.br.

Denuncie: 127*
*Custo da ligação local.

edade
fica mais fácil
público, que é
de a mudar a
íticos sobre
stão sendo
das obras e
ouber que
tado ou os
nº 127 ou
e-mail
Membros
no site

0% no nível de
50% a renda per
lo de 25 anos.

edade
fica mais fácil
público, que é
de a mudar a
íticos sobre
stão sendo
das obras e
ouber que
tado ou os
nº 127 ou
e-mail
Membros
no site

A corrupção está sob nosso Focco.
Focco. O fiscal do dinheiro público.

Denuncie:

127* www.prpb.mpf.gov.br
denuncia@prpb.mpf.gov.br

Juntos contra a corrupção



Apoio:



*Custo da ligação local.

Corrupção na educação

A CORRUPÇÃO NA EDUCAÇÃO DEIXA MAIS DE 78 MIL PARAIBANOS FORA DA ESCOLA



O desvio de recursos públicos destinados à educação, estimado em cerca de R\$ 170 milhões anuais, é um dos principais responsáveis por mais de 78 mil paraibanos, entre 7 e 17 anos, se encontrarem fora da escola e por mais de 790 mil permanecerem analfabetos*.

Lute contra a corrupção, que condena nossos jovens à exclusão e ao analfabetismo.



Foccco - Juntos contra a corrupção.
Av. Getúlio Vargas, 255/277 - Centro.
www.prpb.mpf.gov.br

Denuncie este crime:

denuncia@prpb.mpf.gov.br ou Ligue 127*

De segunda a quinta-feira, das 13 às 19h e na sexta, das 07 às 13h.

*Preço de uma ligação local.

* Fonte dos dados - IBGE

Apoio:



Desvios na educação



Campanha do TRE-PB contra a venda do voto

**Quando você vende
seu voto todo mundo
paga a conta.**

**VOTO VENDIDO.
POVO VENCIDO.**



TRE-PB

Canais de recebimento de denúncia

O FOCCO-PB disponibilizou o número 127 (sob custo de uma ligação local) para os interessados em oferecer denúncia, por telefone. Estão sendo canalizadas, para uma única central (ainda em funcionamento no Ministério Público Federal) - já que poucas pessoas sabem distinguir as funções e atribuições dos órgãos públicos no que concerne à repressão aos atos de corrupção - todas as denúncias sobre práticas de corrupção feitas pela população, a fim de que elas possam ser registradas, analisadas e repassadas a quem detiver a competência ou atribuição de fiscalizar.

Todos os órgãos públicos estão capacitados para receber denúncias por correspondência e pela internet.

Audiências públicas e palestras

Esse trabalho de mobilização da população nos municípios paraibanos é feito através da realização de palestras e audiências públicas, com exposições realizadas pelos representantes dos órgãos públicos e entidades sociais que compõem o movimento (auditores, promotores, advogados, educadores, religiosos) e distribuição de cartilhas (AMARRIBO) que orientam, com uma linguagem de fácil compreensão, sobre como se pode fiscalizar a aplicação do dinheiro público. Pretende-se, assim, dotar a população de informações importantes que permitam um maior conhecimento sobre as receitas e os gastos governamentais, de forma a possibilitar um maior acompanhamento sobre as compras do poder público, a execução das obras e serviços públicos e, em casos de irregularidades detectadas, um ágil repasse das notícias quanto às irregularidades constatadas, valendo-se dos mais diversos canais de denúncia.

Olho Vivo no Dinheiro Público

O Fórum Pernambucano de Combate à Corrupção (FOCCO-PE) adotou o programa “Olho Vivo no Dinheiro Público”, da Controladoria-Geral da União (CGU), como o modelo de capacitação em Pernambuco, com o projeto de atingir todos os municípios do estado, em visitas semestrais a cidades polo.



Como a CGU prioriza, em seu modelo de capacitação, os conselheiros municipais e os servidores públicos, o FOCCO fica responsável por realizar uma outra capacitação, no mesmo período, tendo como público alvo os representantes do Ministério Público, vereadores, membros de sindicatos e associações, além de membros de ONGs ligadas ao controle social.

Conselhos Municipais Gestores de Políticas Públicas

Frutos dos princípios da descentralização administrativa e da plena participação popular, consagrados pela Constituição Federal de 1988, tais conselhos, de composição paritária (sociedade civil e governo), foram criados, a partir de diversas leis federais, com o intuito de se tornarem instituições importantes na formulação e implementação das políticas públicas, bem ainda na fiscalização do uso de tais verbas essenciais pelos entes federativos municipais, exercendo funções, portanto, consultiva, deliberativa e de controle.

Assim, houve condicionamento, por parte da União, para que houvesse o repasse das verbas federais aos municípios nessas áreas essenciais, da necessária constituição dos conselhos municipais gestores.

Conselhos Municipais Gestores de Políticas Públicas

São 5 (cinco) Conselhos: Alimentação Escolar; Saúde, Bolsa Família; Fundeb e Assistência Social.

Na prática, entretanto, tais conselhos foram constituídos apenas formalmente na imensa maioria dos municípios brasileiros, apenas para permitir a transferência dos recursos federais, sem que tenham condições efetivas de funcionar nas importantes missões para as quais foram pensados. Se constituem, portanto, numa experiência frustrada de exercício do controle social, pela instrumentalização realizada por boa parte dos gestores municipais.

A busca pela profissionalização das administrações municipais

Profissionalização: criação de sistemas de controle interno, comissões de licitação, procuradoria e contadoria municipal, com pessoal admitido através de concurso público. A presença de servidores de livre nomeação dos gestores em tais áreas, dificulta o funcionamento adequado, contínuo e republicano do serviço público, facilitando a propagação da malversação de recursos públicos.

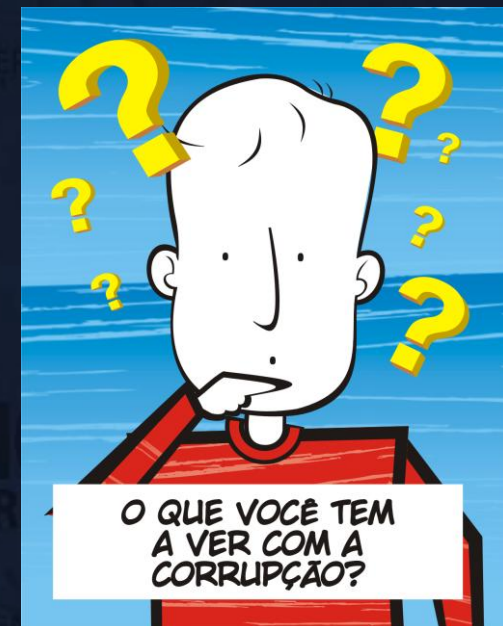
A Importância do Controle Interno

Além de fiscalizar a aplicação dos recursos federais repassados aos Estados e Municípios brasileiros, mediante sorteio das entidades a serem fiscalizadas, a CGU é responsável pelo sistema de correição da administração pública federal. Mas a CGU é apenas o órgão central de controle interno, sendo que o monitoramento da aplicação dos recursos federais repassados a Estados e Municípios não está sendo realizado de maneira satisfatória pela desestruturação dos sistemas de controle interno dos Ministérios. Além do mais, as estruturas de controle interno dos Estados e, especialmente, dos Municípios também não estão minimamente estruturadas.

Educação de crianças e jovens

A ideia é levar as crianças e adolescentes, nas escolas, desde o início dos seus estudos, a conhecer o fenômeno da corrupção e suas terríveis consequências, em especial na vida das pessoas mais pobres. Pretende-se levar os estudantes a uma atitude de menos tolerância com essas práticas e de maior envolvimento com a sua prevenção e repressão.

O principal projeto em curso, idealizado pelo Ministério Público Estadual, está sendo implementado nas escolas públicas e privadas de vários estados do nordeste. A CGU, por sua vez, está desenvolvendo um concurso de redação e desenho nas escolas públicas, sobre o mesmo tema.



Educação de crianças e jovens



Turminha

do **MPF**

Assunto de gente grande
para gente pequena

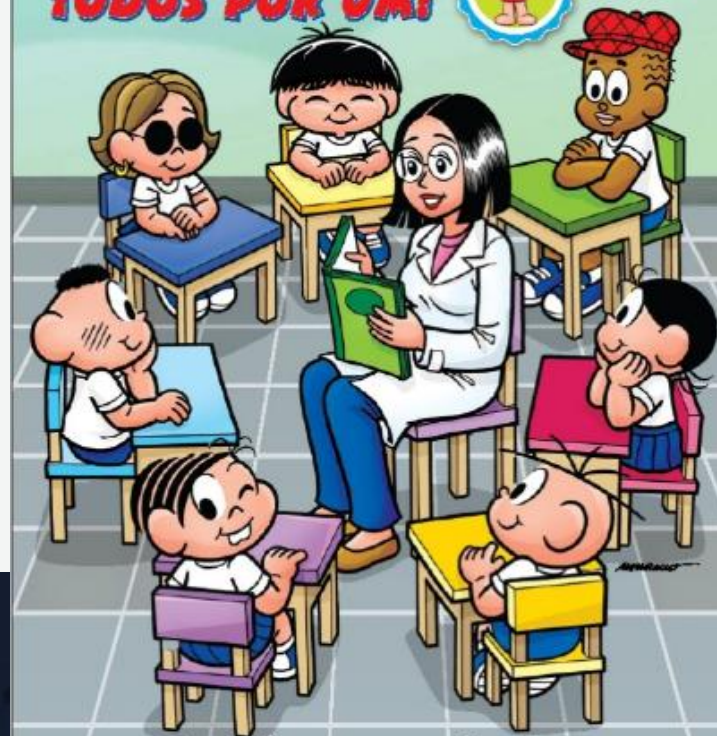
Educação de crianças e jovens CGU

**UM POR TODOS E
TODOS POR UM!**
pela ética e cidadania



MANUAL do PROFESSOR

**UM POR TODOS E
TODOS POR UM!**



pela ética e cidadania

Educação de crianças e jovens



100
REAIS

BANCO CENTRAL DO BRASIL

100

BRASIL

100

1. Estratégia Nacional de Combate
à Corrupção e à Lavagem de
Dinheiro – ENCCCLA

2. Rede Nacional de Controle
(TCU)

3. Fórum Nacional de Combate à
Corrupção (CNMP)

Fórum Nacional de Combate à Corrupção (CNMP)

Eixos de atuação

FNCC – EIXOS DE ATUAÇÃO

1. TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO;
2. CONTROLE INTERNO, AÇÕES DE INTEGRIDADE E PROFISSIONALIZAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA;
3. CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO;
4. CAPACITAÇÃO PARA O CONTROLE SOCIAL;
5. MEDIDAS LEGISLATIVAS;
6. PROJETOS EDUCACIONAIS CONTRA A CORRUPÇÃO;
7. PESQUISAS E INDICADORES SOBRE O FENÔMENO DA CORRUPÇÃO;
8. AMPLIAÇÃO DA DEMOCRATICAÇÃO NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO;
9. SEGURANÇA DOS ATIVISTAS E DOS MEMBROS DO MP COM ATUAÇÃO NA ÁREA DE COMBATE À CORRUPÇÃO E TRANSPARÊNCIA;
10. CRIAÇÃO DA REDE NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO QUE ENVOLVA O MP E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.



Fórum Nacional de **COMBATE À CORRUPÇÃO**

[Início](#)

[O Fórum](#)

[Eixos](#)

[ENCCLA](#)

[Redes](#)

[Quero Participar!](#)

[Página Principal](#) / [Fórum Nacional de Combate à Corrupção \(FNCC\)](#) / [Início](#)

Apresentação

Bem-vindo(a) ao Fórum Nacional de Combate à Corrupção (FNCC)!

Este é um espaço destinado a coletar, organizar e divulgar boas práticas de prevenção e de combate à corrupção: o maior problema do país para os brasileiros, de acordo com as mais recentes pesquisas de opinião.

De fato, a corrupção enfraquece a cidadania e a democracia, atrasa o desenvolvimento econômico e social, restringe a vontade soberana do povo, instiga a apropriação da coisa pública

Agenda

[ver todos](#)

< Abril 2017 >

Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
26	27	28	29	30	31	1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15

MUDANÇA NA FORMA DE ATUAÇÃO

1. ESPECIALIZAÇÃO (ATUAÇÃO CRIMINAL E CÍVEL);
2. MELHOR ESTRUTURA DE TRABALHO E GRUPOS DE APOIO;
3. FOCO TAMBÉM NA PREVENÇÃO E NA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL;
4. BUSCA PELA ATUAÇÃO RESOLUTIVA;
5. PRIORIZAÇÃO E DESCARTE COM TRANSPARÊNCIA DO QUE É IRRELEVANTE (ATUAÇÃO SELETIVA);
6. FIM DOS CONTROLES FORMAIS EXCESSIVOS;
7. AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA NOSSA ATUAÇÃO, NÃO APENAS BASEADA NA ATUAÇÃO REPRESSIVA, JUDICIAL, NÃO SELETIVA, COM ÂNSIA NO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS E NOS GABINETES ZERADOS.

O que propiciou o avanço do Brasil na prevenção e combate à corrupção

O atual modelo de combate à corrupção fez o Brasil avançar no tema nos últimos 20 anos (liberdade de imprensa, transparência governamental, mobilização da sociedade e controle social). Importante destacar, em especial, a atuação com mais independência e eficiência dos órgãos de controle e repressão à corrupção, como a Polícia Federal, o Ministério Público e os Tribunais de Contas. Na área federal, também houve a criação desse importante órgão que é a Controladoria-Geral da União (CGU).

Já avançamos

Apesar do quadro traçado, estamos avançando. Em 1995, o Brasil era considerado o 5º país mais corrupto do mundo pela ONG Transparência Internacional. De lá para cá, houve várias melhorias:

- Maior liberdade e isenção da imprensa;
- Aumento do número de entidades de controle social;
- Maior independência e eficiência da PF, do MP e dos TCs;
- Preocupação geral com a agilização da prestação jurisdicional;
- Redução da garantia da imunidade parlamentar;

Já avançamos

- Fim do nepotismo;
- Criação dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público;
- Maior transparência do Governo Federal e dos Governos Estaduais, bem como do Parlamento Federal;
- Criação de movimentos de combate à corrupção nos estados;
- Atuação da ENCCLA;
- Elaboração de projetos de educação voltados para a infância e juventude.

Busca da Superação das Deficiências Estruturais/Institucionais

Reforma Política; Reforma do Sistema Eleitoral; Transparência do Poder Público nas esferas Estadual e Municipal; Maior participação do povo nas decisões dos governos; busca de um Estado eficiente que valorize o mérito; fim das emendas parlamentares; nova regulação do sistema de financiamento das campanhas eleitorais; melhor estruturação do controle interno, com aumento, em especial, do número de auditores; minimização da impunidade decorrente, especialmente, da morosidade judicial; priorização no julgamento de atos de malversação de recursos públicos; aprovação de iniciativas legislativas pendentes; afastamento da interferência dos Poderes Executivo e Legislativo na escola da Chefia do MP e dos membros dos Tribunais de Contas e Superiores.

O Sistema judicial que não funciona

Alto nível de litigiosidade (mais de 90 milhões de processos em curso – 1 para cada 2 brasileiros).

Previsão de 4 instâncias de julgamento para as ações.

Habeas Corpus sucessivos são aceitos no país, com a quebra, inclusive, da súmula 691 do STF.

Trânsito em julgado de decisões condenatórias em período médio de 10 a 15 anos, com vedação ainda da execução provisória da pena (o que confere a marca, excepcional, de suspensividade nos recursos especial e extraordinário).

Segundo pesquisa da AMB (2007), 86% dos juízes brasileiros destacam a morosidade do poder judiciário como a principal causa de impunidade no país.

Impunidade – Servidores públicos

Matéria do Portal G1*, publicada em dezembro de 2011, aponta que a probabilidade de um servidor público vir a ser condenado por crime de corrupção no Brasil é de 3%.

A informação tem como base um estudo de dois pesquisadores do Instituto de Direito Público (IDP), Carlos Higino e Ivo Gico Júnior, que analisaram a trajetória de 687 servidores demitidos em 25 ministérios e na Presidência da República no período de 1993 a 2005.

Intitulado "Corrupção e Judiciário: a (in)eficácia do sistema judicial no combate à corrupção", o estudo foi publicado na edição de novembro da revista norte-americana "Law and Business Review of the America".

* <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/chance-de-servidor-ser-condenado-por-corrupcao-e-de-3-diz-estudo.html>

Impunidade – Servidores públicos

Dos 687 servidores demitidos, 441 foram dispensados após responderem a processo administrativo interno por suspeita de corrupção ou irregularidades ligadas a esse crime.

- Desses 441 servidores, 224 foram denunciados à Justiça;
- Dos 224 denunciados, 150 passaram a responder ação penal por corrupção;
- Dos 150 processados criminalmente, 45 tiveram condenação em alguma instância;
- Desses 45 servidores, 14 foram condenados em definitivo.

A principal conclusão dos pesquisadores é que a ineficiência da Justiça e a sensação de impunidade são um “grande incentivo” à corrupção no Brasil.

Foro privilegiado

Em sua história, o STF condenou poucos políticos que gozam de foro especial na mais alta corte do país (deputados, senadores, ministros de estado, etc.).

TJ do Pará: 400 denúncias foram apresentadas pelo MP contra prefeitos nos últimos 8 anos. Apenas uma resultou em condenação. O único foi o prefeito do Município de Bujaru, condenado a 3 anos de reclusão, em regime aberto, por desvio de recursos públicos.

Segundo pesquisa da AMB (2007), 85% dos brasileiros repudiam o foro privilegiado.

O Sistema judicial que não funciona

Prisões por corrupção passiva crescem 438% em 4 anos

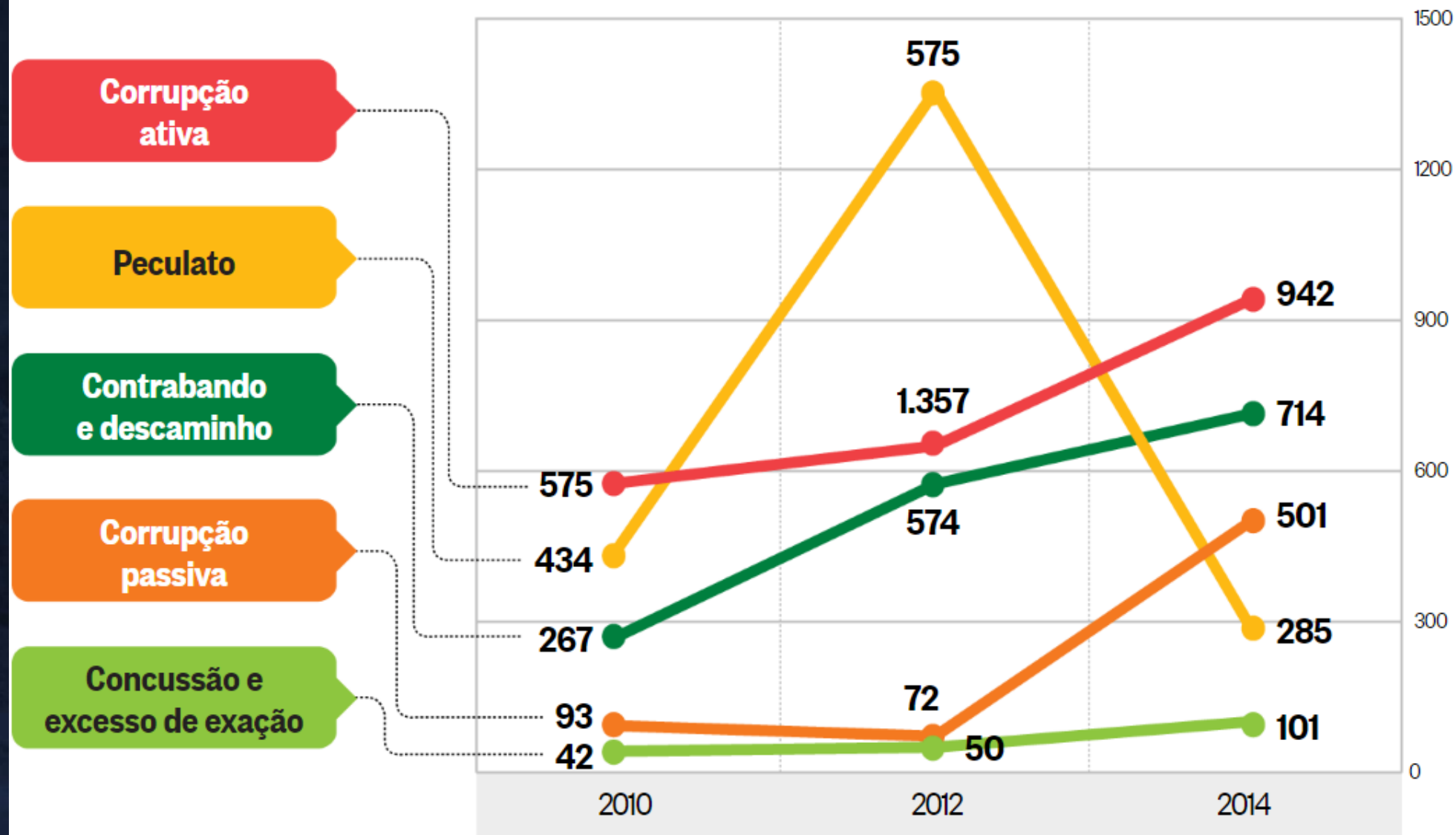
Presos por este tipo de crime, no entanto, ainda correspondem a apenas 0,2% da população carcerária

Corromper e ser corrompido têm levado a mais prisões no Brasil. Em quatro anos, a corrupção passiva cresceu 438,7% entre os crimes cometidos por detidos no país. O censo nacional da população carcerária de 2010, feito pelo Ministério da Justiça, indicava 93 delitos dessa natureza. O número saltou para 501 registros na última contagem do governo federal, referente a dezembro de 2014 e concluída recentemente. A corrupção ativa também aumentou no período: de 575 para 942 ocorrências, alta de 63,8%. Apesar do incremento, os dois crimes respondem por apenas 0,2% do total contabilizado nas cadeias brasileiras.

O Sistema judicial que não funciona

CRIME E CASTIGO

Veja a evolução das prisões de crimes contra a Administração Pública



Pena pode ser cumprida após decisão de segunda instância, decide STF

Ao negar o Habeas Corpus (HC) 126292 na sessão desta quarta-feira (17), por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que a possibilidade de início da execução da pena condenatória após a confirmação da sentença em segundo grau não ofende o princípio constitucional da presunção da inocência. Para o relator do caso, ministro Teori Zavascki, a manutenção da sentença penal pela segunda instância encerra a análise de fatos e provas que assentaram a culpa do condenado, o que autoriza o início da execução da pena.

A decisão indica mudança no entendimento da Corte, que desde 2009, no julgamento da HC 84078, condicionava a execução da pena ao trânsito em julgado da condenação, mas ressalvava a possibilidade de prisão preventiva. Até 2009, o STF entendia que a presunção da inocência não impedia a execução de pena confirmada em segunda instância.

Necessidade de ampla reforma do Estado

Pesquisa da AMB (2007): 95% dos brasileiros acham importante uma reforma política.

- Reforma eleitoral: financiamento público exclusivo nas campanhas eleitorais, fidelidade partidária, cláusula de barreira, impedimento dos candidatos “ficha suja” (AMB, 2007: 95% dos brasileiros entendem que políticos processados não poderiam participar da eleição);
- Aumento da participação popular nas decisões do governo (referendo, plebiscito, projeto de lei de iniciativa popular, recall, orçamento);
- Mecanismos que garantam a total transparência do poder público (não há razão para sigilo/segredo).

Necessidade de ampla reforma do Estado

Emendas parlamentares

- Extinção das emendas orçamentárias dos deputados e senadores, um dos mais importantes focos de corrupção no Brasil. Essa realidade já foi apontada há 15 anos atrás, com o Escândalo do Orçamento e a CPI dos Anões, e está presente em grande parte dos escândalos detectados.

Diagnóstico produzido pelo TCU no acórdão nº 641/2007 (fraudes generalizadas no sistema). Previsão de emendas individuais de até 20 milhões de reais. Troca de apoio político nas votações pela liberação de tais recursos, que são dirigidos às bases dos parlamentares, deixando um rastro de corrupção, favorecimento e desperdício.

Necessidade de ampla reforma do Estado

Abuso dos cargos de confiança

- Fim do loteamento político dos órgãos da administração pública direta e indireta.

Esse é um Instrumento de barganha política e de captação de aliados e apoio. Somente uma burocracia baseada no mérito, recrutada de forma republicana, pela via do concurso público, sem privilégios, e não composta de amigos, familiares e cabos eleitorais, pode prestar serviço visando o interesse público e não dos responsáveis pela sua nomeação.

No Brasil, só no Governo Federal (administração direta), há mais de 25.000 cargos de indicação política. Nos Estados Unidos são 4.500, na França, 500. Na Inglaterra, 300, e na Alemanha, 170.

Necessidade de ampla reforma do Estado

Recomposição da Auditoria

- Aumento do número de auditores públicos no país.

Só houve o fortalecimento da CGU, e em grau ainda insuficiente para a adoção de atos de fiscalização de rotina, saindo-se do sorteio e da pequena amostragem.

O Brasil ainda é um país pouco auditado/fiscalizado, com 8 auditores por grupo de 100 mil habitantes, o que dá pouco mais de 13 mil auditores (Revista Veja, 2007). Na Holanda e na Dinamarca existem 100 auditores para cada grupo de 100 mil habitantes.

A fiscalização dos órgãos de repasse, em especial na saúde e na educação (FNDE, MEC, FUNASA e DENASUS), é crítica. Sem fiscalização adequada nem funcionamento razoável do controle interno, a corrupção se generaliza e o sistema de controle externo entra em colapso.

Necessidade de ampla reforma do Estado

Composição dos Tribunais de Contas

- Necessidade de nomeação de técnicos dos próprios órgãos de contas, ou por concurso público.

A atual composição dos Tribunais de Contas não pode persistir. A nomeação majoritária de políticos como conselheiros tem ocasionado consequências manifestamente negativas, criando empecilhos ao funcionamento republicano de tais órgãos.

Segundo a Folha de S. Paulo, atualmente, dos 189 conselheiros no país, apenas 19 são técnicos, 86 (45%) são ex-deputados estaduais e 14 (7%) são ex-deputados federais. Há ainda 62 ex-secretários de estado, 24 ex-prefeitos e 23 ex-vereadores. Há 10 projetos em tramitação que mexem com a estrutura e o funcionamento dos TCs.

Necessidade de ampla reforma do Estado

Nomeações nas Cortes Superiores e chefias do MP

- Escolha pelos próprios integrantes do Judiciário e do Ministério Público

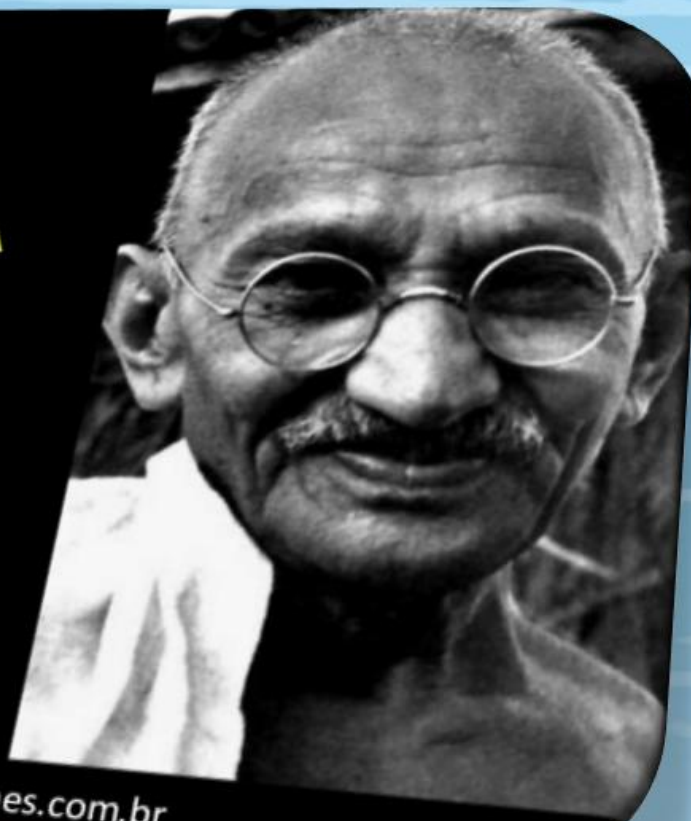
A interferência dos poderes executivo e legislativo na escolha/nomeação dos membros dos tribunais superiores e das chefias do Ministério Público também não tem se mostrado salutar para o aperfeiçoamento e garantia da independência dessas instâncias. É importante que essas decisões estejam no âmbito exclusivo de apreciação dos próprios integrantes do Judiciário e do Ministério Público.

O QUE VOCÊ TEM A VER COM A CORRUPÇÃO?

**SEJA A
MUDANÇA**
que você
deseja ver
NO MUNDO

Mahatma Gandhi

www.nicholasgimenes.com.br



Obrigado!

Fábio George Cruz da Nóbrega
Conselheiro Nacional do Ministério Público
Procurador Regional da República
Ministério Público Federal (MPF)

Telefone: (61) 9280-1711

E-mail: fabiogearge@cnmp.mp.br



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

MPF

Ministério Público Federal